
ATLAS GEOGRÁFICOS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS LEIS 10639/2003 E 11645/2008

GEOGRAPHICAL ATLAS AND THEIR CONTRIBUTIONS TO LAWS 10639/2003 AND 11645/2008

ATLAS GEOGRÁFICO Y SUS CONTRIBUCIONES A LAS LEYES 10639/2003 Y 11645/2008

Adriany de Ávila Melo Sampaio¹
Antônio Carlos Freire Sampaio²

RESUMO: A maioria das publicações didáticas evidenciam os indicadores negativos relacionados aos povos indígenas e povos negros e raramente revelam as atrocidades que essas populações sofreram e ainda sofrem. Por esta, entre outras questões, é urgente lembrar que indígenas e negros foram brutalmente coagidos em seus direitos humanos e nunca foram ressarcidos; pelo contrário, ainda predomina a violência contra esses povos. Perante essas questões, e com o objetivo de contribuir para a discussão e a aplicação das Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, este artigo verificou como os povos indígenas, os povos africanos e afrodescendentes foram representados nos Atlas Geográficos do Brasil. Como resultados, espera-se que esta pesquisa contribua com novas informações e discussões sobre a Geografia da África, dos afrodescendentes e dos indígenas para a formação cidadã de todos os brasileiros.

Palavras-chave: Povos originários. Povos indígenas. Povos negros. Povos africanos. IBGE.

ABSTRACT: Most didactic publications show the negative indicators related to indigenous and black peoples and rarely reveal the atrocities that these populations have suffered and still suffer. Thus, it is urgent to remember that indigenous people and blacks were brutally coerced in their human rights and were never compensated; on the contrary, violence against these peoples still prevails. Faced with these issues, and with the aim of contributing to the discussion and application of Laws 10.639 of 2003 and 11.645 of 2008, this article verified how indigenous peoples, african and afro-descendant peoples were represented in the Geographic Atlas of Brazil. As a result, it is expected that this research will contribute with new information and discussions about the Geography of Africa, of afro-descendants and indigenous people for the citizenship formation of all brazilians.

1 Professora Doutora em Geografia, Laboratório de Geografia e Educação Popular-LAGEPOP, Instituto de Geografia- IG, Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: <https://0000-0003-4428-8395>. E-mail: adrianyavila2@gmail.com.

2 Professor Doutor em Geografia, Laboratório de Geografia e Educação Popular-LAGEPOP, Instituto de Geografia- IG, Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: <https://0000-0001-6884-2413>. E-mail: acfsampa@uol.com.br.

Artigo recebido em abril de 2021 e aceito para publicação em julho de 2021.

Keywords: Native people. Indigenous peoples. Black peoples. IBGE

RESUMEN: La mayoría de las publicaciones educativas muestran estadísticas negativas sobre los pueblos indígenas y negros y casi nunca revelan las atrocidades que estos mismos pueblos han sufrido y siguen sufriendo. Es urgente recordar que los pueblos indígenas y negros fueron coaccionados brutalmente en sus derechos humanos y nunca han sido compensados, por el contrario, aún hoy, la violencia contra estos pueblos aún prevalece. Frente a estos temas, y con el objetivo de contribuir a la discusión y aplicación de las Leyes 10.639 de 2003 y 11.645 de 2008, este artículo verificó cómo los pueblos indígenas, los pueblos africanos y afrodescendientes estaban representados en el Atlas Geográfico de Brasil. Como resultado, se espera que esta investigación contribuya con nueva información y discusiones sobre la Geografía de África, de los afrodescendientes e indígenas para la formación de la ciudadanía de todos los brasileños.

Palabras clave: Pueblos originarios. Pueblos indígenas. Pueblos negros. IBGE.

INTRODUÇÃO

Para além do deslumbramento que os mapas nos trazem, ao longo da formação como geógrafos, aprende-se que mapa também é uma construção e, por detrás de cada um deles, há sempre uma intenção. Esta, por sua vez, pode ser, de forma geral, uma intenção positiva, a de informar as pessoas, de permitir os deslocamentos, facilitar os comércios, ou apenas visualizar lugares e localizar informações. Mas mesmo uma boa intenção pode invisibilizar grande parte dos fenômenos geográficos.

A invisibilidade de pessoas ou territórios pode ocorrer por diversos motivos e, em especial, ocorre porque não é possível colocar tudo no mapa. Assim, é necessário selecionar a informação, escolher o que se quer mostrar. E, ao fazer isso, deixa-se de evidenciar outros elementos presentes no espaço, um procedimento comum em qualquer mapeamento. Tudo que é representado no mapa foi escolhido a partir de uma seleção prévia entre os muitos outros fenômenos que ali existem. E esta é uma das questões fantásticas do mapa: dar visibilidade a algo.

Uma segunda possibilidade para a invisibilidade ocorrer em um mapa é a intenção negativa de realmente criar uma falsa ideia do que há de fato em determinado lugar, e assim, propositalmente, deixa-se de mencionar informações que fariam muita diferença para o conhecimento de determinados territórios. Também há aqueles falsos mapas quando se forjam inverdades sobre determinados povos e culturas nos territórios que se propõem visualizar.

Infelizmente, mapas falsos existem há muito tempo, e talvez, desde que começaram a construir os mapas, mas há mapas que foram propositalmente desenhados para continuar com inverdades. E somente uma revisitação à História da Geografia e da própria Cartografia poderá trazer maior conhecimento sobre as informações que os Mapas Antigos traziam e que foram replicados posteriormente como verdades.

Junto aos mapas e acompanhando a ampliação do conhecimento humano, foram, ao longo dos séculos, organizados os Atlas que apresentavam estes mapas e, mais uma vez, se evidencia a questão da intenção. O que mostrar no Atlas? Por onde começar? Quais destaques fazer? Enfim, o que compõe, ou não, na produção e escolha dos mapas a serem apresentados em uma coleção de mapas?

Já existem muitos estudos sobre o que é apresentado nos Livros Didáticos e, na última década, especialmente a partir das Leis federais 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e 11.645/2008 (BRASIL, 2008), várias pesquisas mostraram como o continente africano e os povos originários foram relegados a segundo ou a terceiro plano e, de forma geral, ao apagamento do conhecimento; ou como certos grupos de pessoas foram e ainda são esquecidos (SAMPAIO, 2017).

Trabalhos como Costa e Dutra (2009), Ferracini (2010), Lima (2010), Goularte e Melo (2013), Barrozo (2014), Santos (2014), Silva (2014), Nascimento, Silva e Ávila (2015), Silva (2015), Oliveira (2019), Oliveira; Sampaio (2019), entre outros, denunciam como o continente África é, em geral, o último dos capítulos em relação a todos os conteúdos da Educação Básica, e também como é retratado de forma pejorativa, na maioria dos Livros Didáticos. O mesmo ocorreu com os povos indígenas como mostram as pesquisas de Araújo (2013), Demier e Pacheco (2014), Printes (2014), Batista e Gomes Júnior (2016), Sampaio *et al.* (2016), Guites (2019), Marques e Souza (2019), Cigolini e Silva (2020), entre outros.

Invisibilizar é fazer com que algo ou alguém se torne invisível, não perceptível. No caso de textos ou mapas que se propõem a descrever uma paisagem ou um território, seja como uma propaganda ou como um material que será usado na escola, o ato de invisibilizar significa não contar tudo, não realmente apresentar todas as feições, fenômenos ou, no caso aqui específico, não falar das pessoas que vivem nestes espaços. Trata-se de uma opção política deixar os vazios nos mapas e não colocar nenhuma informação sobre os povos que lá habitam. Esta opção, por representar determinados grupos humanos em detrimento de outros grupos, é uma materialização do racismo presente na sociedade.

Considerando a necessidade urgente de visibilizar os povos africanos, afrodescendentes e indígenas, este artigo se propõe a pesquisar se realmente ocorre invisibilidade sobre estes povos no Atlas Geográfico. E, para este estudo, foram escolhidos os Atlas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por sua contribuição para a Geografia e a Cartografia do Brasil ao longo de décadas, desde 1956.

A REDESCOBERTA DA ÁFRICA A PARTIR DA LEIS FEDERAIS 10.639/2003 E 11.645/2008

A Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003) acrescentou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDBEN, Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que:

[...] nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. [e que] o conteúdo [...] incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. [...] [E que] o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003, p. 1).

A Lei 11.645/2008 alterou novamente a LDBEN, que tinha sido modificada pela Lei 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados. Sendo que:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008, p. 1).

As leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008 reafirmam a importância que todos os brasileiros já deveriam saber: o Brasil foi formado inicialmente por três grandes grupos humanos: os povos originários, nativos do Brasil, que colonialmente convencionou-se nomear de indígenas, os povos negros que foram sequestrados no continente África, e trazidos à força para este país, e os povos brancos vindos do continente Europa para colonizar a “nova terra”. Entretanto, no decurso de 521 anos de colonização no Brasil, dois destes grupos, os indígenas e os negros, tiveram sua História, Cultura e Geografia omitidas. Parte desta omissão foi para esconder que os brancos europeus, para dominar com maior rigidez, negaram a humanidade aos povos indígenas e aos povos negros. Esta desumanização foi oficial no decurso dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. E mesmo após a “Abolição da Escravatura”, em 1888, não houve reparação e nenhum tipo de política pública para ressarcir os homens, mulheres e crianças que estavam na condição de escravizados e que passaram para a condição de ex-escravizados. E sem nenhuma recompensa financeira, ou apoio de qualquer natureza, milhões de pessoas foram expulsas dos lugares onde moravam e trabalhavam. Para onde foram? Como sobreviveriam?

Para seus antigos postos de trabalho foram contratados imigrantes europeus, na condição de assalariados e com direitos trabalhistas diferenciados. Mas, por que os antigos escravizados não puderam ser os novos trabalhadores assalariados? Por que importar europeus? Estas, entre outras perguntas, o Brasil, de forma institucional, precisa responder e se responsabilizar.

No período de pós-abolição, um outro tipo de desumanização começou: a proibição de que os negros frequentassem as escolas; a repressão à exibição de rituais religiosos ou não, e ao mesmo tempo o discurso racista de que *“pessoas negras não eram capazes, não se esforçavam, eram propensas ao crime, à violência, e não gostavam de estudar”*.

A maior parte dos documentos oficiais gerais e os currículos escolares que, por sua vez, moldam as publicações didáticas, que especialmente são interessantes para este artigo, evidenciam as estatísticas negativas em relação aos povos negros e povos indígenas, e quase nunca revelam as atrocidades que estes mesmos povos sofreram e ainda sofrem.

Para entender a desigualdade social em relação aos povos negros e indígenas brasileiros, torna-se necessário revisitar a Geografia e a História do Brasil e não há como fazer isso omitindo a escravização em toda a base da economia da colônia e renegando o continente África.

Ainda em relação aos povos originários, para realmente compreendê-los, é necessário assumir que a desumanização também ocorreu largamente e se materializou na espoliação de suas terras, na exterminação constante de nações inteiras, tanto por meio das doenças que os brancos europeus trouxeram, quanto também pelos conflitos armados que sempre existiram no meio rural e que, de certa forma, os governos municipal, estadual e federal optaram por não discutir.

Durante muito tempo, houve um extenso desinteresse em retratar a Geografia e a História dos povos originários e africanos dizendo-se que *“ali não havia nada o que se falar ou pesquisar”*, pois o discurso oficial racista desvalorizava a maioria das culturas. Hoje, torna-

se premente lembrar que indígenas e negros foram brutalmente coagidos em seus direitos humanos, e que nunca foram ressarcidos. Pelo contrário, até hoje ainda há predomínio da violência para com estes povos, e o falso discurso de que não existe racismo no Brasil.

Infelizmente, o racismo continua muito presente na sociedade como um todo, pois, como afirma Almeida (2019), ele está na estrutura social, em tudo que se conhece como mundo, como economia, como direito e como política. Ele está na escola, e mesmo que os autores deste texto não desejem, ele também está aqui neste artigo, e influencia a forma como se observa e se julga cada pessoa a partir de sua cor e origem.

Com o objetivo de contribuir para discussão e aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, este artigo apresenta uma pesquisa sobre como os povos indígenas e os povos negros foram representados nos Atlas Geográficos do Brasil. Espera-se que as análises aqui iniciadas possam contribuir com novas informações e discussões sobre a Geografia da África, dos afrodescendentes e dos indígenas para a formação cidadã de todos os brasileiros.

Se não existissem as Leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008 talvez este artigo também não existisse, pois das centenas de anos do Brasil colonizado, tem-se uma única Geografia e uma única História ensinada e repetida nos currículos e materiais didáticos. Para o continente África coube o lugar de selvagem e exótico nas divisões generalizadoras que se fazem de mundo na atualidade.

Então, chegam as leis, que foram frutos do grande movimento do povo negro, e também do povo indígena, e se impõem novas perguntas: a África é realmente vista na escola? Ou apenas é a continuidade das centenas de anos do preconceito? Os povos indígenas são realmente vistos em sua cultura e atualidade ou são estereotipados?

Foram tantas novas perguntas que foi necessário rever aquilo que se acreditava como verdadeiro, pois foi sempre dito como a única versão. Cientes agora de que os povos negros e indígenas não tinham contado o seu ponto de vista, Geografia e História precisam rever suas fontes e ampliar suas narrativas.

Como o racismo é estrutural, sua manifestação ocorre em praticamente todos os organismos sociais e meios de comunicação. E os Atlas Geográficos, assim como livros de literatura ou de técnicas, os folhetos informativos, a própria legislação e o currículo, além de diversos outros tipos de materiais didáticos, ou não, são algumas destas expressões repletas de pensamentos racistas.

Para discutir o racismo presente nos mapas dos Atlas aqui analisados buscou-se apoio teórico em John Brian Harley, um geógrafo britânico, que desde a década de 1980, busca fazer uma nova história para a Cartografia, na qual são valorizadas todas as culturas, e que geógrafos e cartógrafos se compreendam responsáveis eticamente pelos mapas que produzem.

Segundo Harley (1991, p. 05) a mente humana sempre desejou desenhar o espaço para a facilitar sua vida prática, e melhor utilizá-lo, pois o mapa é uma forma de conhecimento organizado. Para o autor “cada sociedade tem ou teve sua própria forma de perceber e de produzir imagens espaciais”. E apesar de que, ao longo dos séculos, a arte e a técnica da construção dos mapas tenham passado por diferentes momentos, e na atualidade estar associada às regras e convenções da Cartografia oficial, o Mapa continua sendo um importante instrumento para visualizar o mundo e ao mesmo tempo para impor uma visão de mundo.

A pesquisa de Harley (2009) evidencia que diferentes sociedades utilizaram os mapas para dominar seus territórios e os habitantes que lá estavam, de forma mais eficaz; e o Estado fez isso especialmente, e continua fazendo ainda hoje. Sim, o mapa se presta a dominar pessoas, assim como discursos orais, o mapa traz uma narrativa imagética com ideias sedutoras e convincentes de quem o construiu, ou de quem o financiou.

Neste artigo, os autores utilizaram, como uma das bases teóricas de análise dos Atlas e seus Mapas, a perspectiva de Harley (2009), em que mapas trazem narrativas de quem os elaborou, com intenções definidas de uma visão única do território que se propõe representar, e faz escolhas bem definidas sobre o que e como simbolizar. Para tanto a categoria de análise escolhida foi o Silenciamento, pois “os silêncios nos conteúdos dos mapas”, se colocou como uma recorrente situação nos materiais que foram escolhidos para a análise.

Os “silêncios” dos mapas são um conceito central em toda argumentação concernente à influência de suas mensagens políticas ocultas. Afirmar-se aqui que, assim como certos exemplos de escritas ou de falas, os mapas exercem uma influência social, tanto por suas omissões quanto pelos elementos que elas representam e valorizam (HARLEY, 2009, p. 12).

Considerando estas questões, este artigo propõe como referencial, para a análise aqui apresentada, a categoria “Silêncio” de Harley (2009), e a categoria “Valorização das histórias e culturas dos indígenas, africanos e afrodescendentes” previstas pelas leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008.

A partir destas três referências e destas duas categorias foram buscadas informações que ajudassem a Geografia a analisar os mapas. Para tanto, foram destacadas: primeiro: as contribuições das culturas destes dois povos, e segundo, as tentativas do colonizador de silenciar estes mesmos povos, invisibilizando-os. Estes dois pontos foram o roteiro de análise das referências e posteriormente dos mapas nos Atlas como um registro documental do pensamento institucional brasileiro.

O CONTINENTE ÁFRICA AINDA DESCONHECIDO

O continente África possui uma área de 30.311.383km² e é o terceiro maior continente do mundo atrás da Ásia com 44.570.328 km² e da América com 42.041.680km² (SIMIELLI, 2019).

Apesar de ser o terceiro maior continente, a África, durante muito tempo e ainda hoje, tem seu tamanho escondido em projeções cartográficas que ampliam o tamanho dos países do Hemisfério Norte e diminuem o tamanho dos outros do Hemisfério Sul. A Projeção de Mercator é a mais famosa destas projeções.

A projeção Mercator, como síntese imagética do mundo, sugere uma divisão e hierarquização de um conjunto de países. Enquanto a Europa é fixada na porção central do mapa, as demais áreas do globo são definidas em relação a ela, dentre os quais: Oriente x Ocidente, Novo mundo x Velho mundo, Norte x Sul, Tradicional x Moderno, e assim sucessivamente. Essas divisões, visualmente representadas no mapa-múndi, apresentam grande influência na organização do sistema-mundo moderno, corroborando com sua atribuição de funções e características de tais áreas (SALES, 2014, p. 77).

A partir do Século XVI, a construção da representação do mundo seguiu a organização imposta pelos colonizadores europeus para o “mundo moderno”, classificando os continentes e países. Tudo que era diferente do que a Europa conhecia

foi rotulado de exótico: países ao sul, clima tropical, vestimentas, escrita, relações sociais, culturas de forma geral. Tudo foi julgado e nomeado a partir do entendimento e interesse europeu. Assim, povos originários de todos os lugares foram considerados atrasados em desenvolvimento econômico, social e cultural. As civilizações que ali existiam foram espoliadas e consideradas primitivas, e muitas construções que sobraram, apesar de toda a destruição, são ainda usadas como uma peça interessante neste sistema-mundo europeu colonizante para exaltar o quanto o continente Europa era superior.

Ao longo do percurso do colonialismo seres humanos africanos, homens e mulheres, foram transformados em meras matérias energéticas para produção de riquezas. Para que esses corpos fossem moldados ao status de simples objeto, provocando dessa forma o seu esvaziamento ontológico, foi necessária uma metamorfose que destituísse desse ser todo o seu caráter de humanidade negando-lhe principalmente a sua racionalidade. A filosofia ocidental, principalmente durante a sua fase iluminista, em muito colaborou com o esvaziamento do ser e a negação epistemológica das pessoas negras africanas, essa prática é conhecida como epistemicídio, o processo de matar o conhecimento do outro (PESSANHA, 2019, p. 167).

Dizer que os primeiros mapas são gregos, ou no máximo admitir que os primeiros mapas primitivos são árabes é praticar o epistemicídio com o continente África, pois as navegações e os deslocamentos orientados por mapas iniciaram-se com as civilizações africanas milhares de anos antes da era comum (NASCIMENTO, 2008).

Os meios de comunicação, o currículo escolar, os livros e os mapas, de forma geral, reproduziram este discurso epistemicídico de menosprezo a tudo que estava fora dos padrões da Europa, e apresentaram o continente África como um lugar selvagem, de belezas exóticas, ou onde predominava a fome, as guerras e as epidemias, entre outras ênfases depreciativas. Junto a estas informações pontuais e descontextualizadas, mas mostradas como generalizantes, são acrescentadas análises indicando que a causa dessas tragédias são os próprios povos africanos, quase sempre indicando que seu estágio ainda arcaico seria o responsável.

As frases que ainda reinam nos livros e nas aulas de Geografia sobre o continente África dizem sobre tribos e não povos, dialetos e não línguas, uma África que foi colonizada e não a África das civilizações milenares. O currículo escolar praticado nos dias atuais em livros didáticos e mapas ainda reproduz um discurso colonizador, que mata o conhecimento indígena e africano e exalta tudo que veio do continente Europa como modelo e padrão para todas as coisas, sejam elas objetos, pessoas, culturas materiais e imateriais.

Pois, como afirma Nascimento (2008, p. 31) “a distorção da história africana está entre os maiores responsáveis pela perpetuação da imagem dos “negros” como tribais, primitivos e atrasados”.

A realidade histórica e geográfica da África precisa ser construída para longe das falsas imagens que foram impostas nos discursos racistas. Urge rever a África como berço da humanidade, em todas as áreas que hoje se nomeiam como ciências.

Existe um certo mal-estar no campo da ciência em admitir o fato de que o ser humano e seus antepassados se originaram na África. Sabe-se hoje que a humanidade teve seu início neste continente; portanto, foi aí onde as grandes transformações - que geraram o ser humano atual - se fizeram pela primeira vez. Do mesmo modo, as

principais descobertas tecnológicas realizadas nos princípios da humanidade são originárias da África - fogo, instrumentos de matérias variados tais como pedras, ossos, madeiras, etc. - descobertas e invenções que possibilitaram a expansão dessa espécie pelo planeta e garantiram sua sobrevivência, apesar das dificuldades do meio físico e das ameaças de outras espécies; portanto, foi na África que o ser humano se transformou em um ser que fabrica ferramentas (tecnologia) e se diferenciou consideravelmente das demais espécies (CEERT, 2017, p. 1).

Para a grande maioria da população brasileira, e também do mundo, o continente África ainda é desconhecido sobre seus reais valores, sendo que para muitas pessoas as imagens mentais remetem a África à escravidão do século XVI, o que é muito reducionista. Esta é uma parte muito pequena da Geografia e da História africana, pois este continente tem seu início muito antes do que o começo de toda a humanidade. Suas civilizações são muito anteriores a todas as outras que a história clássica europeia apresentou e suas tecnologias foram utilizadas por todo o mundo e ainda são no tempo atual.

A África esteve na vanguarda do desenvolvimento da humanidade não só no seu início como também durante um longo tempo do período chamado de civilização (época a qual até hoje vivemos); portanto, foi também nesta parte do planeta que surgiu o que chamamos a primeira civilização humana: o Egito Antigo. Essa civilização foi apresentada ao mundo por arqueólogos europeus como sendo um povo de “raça” branca. Hoje, historiadores africanos já demonstraram que se tratou de uma civilização de povos negros; na verdade, fora constituída de uma mestiçagem de vários povos africanos existentes ao sul e norte do vale do rio Nilo. As grandiosas realizações desta sociedade são por demais divulgadas em meios de comunicações de vários matizes (CEERT, 2017, p. 1).

Conhecer o continente África exige voltar ao passado e correr ao futuro, pois a ciência e os recursos materiais que ainda serão inventados permitirão conhecer melhor toda a humanidade. Para isso ocorrer, para realmente a humanidade se conhecer e, então, melhorar-se, o caminho a ser percorrido exige que sejam abandonados todos os tipos de preconceitos étnicos-raciais, a começar pela ideia construída de que o norte da África é diferente do Sul; de que em alguns lugares da África não havia negros, mas pessoas não negras. Esta é uma falácia que a ciência, forjada em interesses de dominação, criou e ainda reverbera no pensamento mundial.

Quanto tempo leva para se corrigir uma mentira?

Foi na África entre 200.000 a 150.000 anos a.C. que surgiram os primeiros seres humanos anatomicamente modernos, tal como os concebemos hoje, os Homo Sapiens, bem como foi descoberta a mais antiga ferramenta de pedra que se tem notícia, uma faca de aproximadamente 2.600.000 anos de idade. Nessa terra de florestas e desertos estabeleceu-se às margens do Rio Nilo a milenar civilização egípcia, comumente lembrada pela grandiosidade dos faraós e suas pirâmides. Na vasta extensão de terras habitadas por homens negros, existiram diversos reinos. Mali, Congo, Benim, entre tantos outros, eram conhecedores de tecnologias desconhecidas do europeu. Muitas delas foram utilizadas pelos portugueses aqui no Brasil, no âmbito da agricultura e mineração (BRAZ, 2019, p. 1).

Ainda hoje o currículo escolar e os meios de comunicação enfatizam o lado subdesenvolvido do continente África em detrimento à riqueza histórica, à sua cultura, entre outros tantos destaques. O tempo solicita mudanças mais profundas em relação ao conhecimento científico já descoberto na atualidade e o conteúdo curricular sobre o continente África precisa ser totalmente reescrito.

HOLOCAUSTO E NEGAÇÃO

A escrita nasceu na África, a Matemática também, e a partir delas todas as Ciências.

A África foi vítima do maior holocausto que o mundo já conheceu, desdobrado em dois momentos: o tráfico escravista árabe dos séculos VIII e IX e o mercantilismo europeu dos séculos XV a XIX. Além do objetivo imediato (caça de mão de obra cativa), o holocausto europeu dos últimos quinhentos anos também visou à aniquilação da identidade dos filhos da África e à sua integração ao modelo ocidental, considerado universal. Ambos os objetivos deixaram de ser alcançados devido à resistência dos povos que foram alvo do racismo (NASCIMENTO, 2008, p. 29).

O berço da matemática, da metalurgia, das cidades – Estado, da engenharia civil à engenharia de navegação, da Astronomia e da Cartografia, entre quase todas as ciências conhecidas, está no continente África. E por que esta importante informação ainda não é ensinada na escola? Porque o currículo escolar foi pensado no século XIX sob a influência do pensamento centrado na Europa, com textos e autores europeus, em geral homens brancos. Mais adiante, colocaram autores estadunidenses, mas sempre, de forma geral, ainda reproduzindo uma Geografia e uma História do colonizador.

Durante séculos, a África foi saqueada intelectualmente, seja com a escravização violenta dos homens e mulheres, seja de tudo que é material e podia ser comercializado, como sua arte e seu conhecimento tecnológico que já vinham de muito antes do período cristão. O racismo, como uma ideologia construída para estruturar o sistema escravagista moderno, tratou de negar qualquer tipo de evidência civilizatória africana, um apagamento que ocorre até a atualidade.

O desenvolvimento político africano foi acompanhado de um processo de desenvolvimento tecnológico reconhecido. As tecnologias de mineração e metalurgia, a agricultura, a criação de gado, as ciências, a medicina, a matemática, a engenharia, a astronomia, enfim, todo um conjunto de conhecimento tecnológico e reflexão filosófica, caracterizavam [...] os Estados africanos (NASCIMENTO, 2008, p. 40).

Infelizmente, a falsificação fez e ainda faz parte das informações sobre o continente África e muitas delas foram usadas para subjugar e oprimir seres humanos. Uma das inverdades, construídas por alguns “cientistas” racistas, foi sobre a origem da humanidade. Pois, ao longo dos séculos, tentaram comprovar que a origem do homem não começava no continente africano e, durante algum tempo, conseguiram. Isso mostra que não é privilégio da atualidade usar a ciência para justificar falsas ideias econômicas e políticas.

Esta etapa nada honrosa da Ciência na Europa, e em outras partes do mundo, deixou marcas profundas no consciente humano, e talvez ainda perdure, por séculos, os falsos

discursos sobre grupos humanos inferiores e superiores. Felizmente, existem cientistas brancos e não brancos que continuaram suas pesquisas e provaram o erro de várias teses racistas sobre a origem da humanidade.

O discurso de inferioridade de outros seres humanos permitiu a escravização e a tomada das terras dos indígenas no Brasil, assim como também justificou o sequestro e a morte de milhões de africanos.

O prejuízo causado pelo holocausto africano é extremamente devastador em áreas como a cultura, as sociedades milenares que ali existiam, os sistemas políticos, econômicos e intelectuais, entre outras. Foram e ainda são séculos de saques e genocídio em que os povos africanos e indígenas foram usurpados de suas maiores riquezas materiais e imateriais.

Outra forma também presente de menosprezar a África no conhecimento científico racista, de forma geral, é o olhar do pesquisador, com formação em base europeia, tentar encaixar o pensamento e o mundo africano, especialmente quando não se pretende aprender de fato, mas apenas catalogar em perspectivas já previamente definidas. Se o pesquisador observa para o que é diferente da sua vivência e o traduz como exótico, quase sempre passará para seus leitores a mesma sensação de estranhamento, de esquisitice e de pouca importância. Mas se, pelo contrário, o pesquisador mostra a cultura do outro como modos de vida de uma sociedade organizada, com uma história que ultrapassa e muito a própria história europeia, a forma de ler e compreender o novo se coloca como importante informação para entender a própria história da humanidade, e por isso importante para todos, em todos os lugares do planeta Terra.

[...] o academicismo convencional nega à África sua historicidade e a classifica como pré-histórica com base na alegação de que seus povos nunca desenvolveram a escrita. Entretanto os africanos estão entre os primeiros povos a criar essa técnica. Além dos hieróglifos egípcios, existem vários sistemas de escrita desenvolvidos por outros povos africanos antes da invasão muçulmana, que introduziria a escrita árabe. Além das grafias (sistemas pictográficos, ideográficos e fonológicos- sendo estes alfabéticos ou silábicos), existe a escrita por meio de objetos (NASCIMENTO, 2008, p. 34-35).

Se na Geografia não houve preocupação antes, pois pode-se argumentar que não se sabia, que nunca se pensou isso antes, entre outros subterfúgios, então, que a partir de agora se possa mudar a forma como se ensina e se aprende a África. Chega de repetir narrativas racistas, é preciso construir materiais e planejar aulas que valorizem a todos, que respeitem diferentes culturas, que contem e mostrem as diferentes possibilidades de ver a Geografia do lugar estudado.

Como afirmou Lacoste (1993), “a Geografia- isso serve em primeiro lugar para fazer guerra”, para proteger seu próprio território, mas principalmente para dominar outros territórios. E isso foi feito em relação ao Continente África. Os conhecimentos geográficos foram usados como reforçadores de um discurso dominador, extremamente opressor, colocando informações como as grandes civilizações humanas fora da própria África, mascarando povos e culturas, embranquecendo para ser melhor aceito ao gosto racista dos que orgulhosamente dominam o mundo.

Nunca é tarde para se rever a Geografia que já se fez e, sabendo que a verdade sempre motivará a pesquisa, é chegado o momento de rever como o Mundo é apresentado aos professores e estudantes em todos os lugares do planeta. Os indígenas necessitam ser

apresentados como os verdadeiros donos das terras no Brasil, precisam ser valorizados em suas culturas e respeitados pelos seus modos de viver que são muito anteriores à colonização europeia. A África precisa ser revista como merece: um continente ainda inexplorado, pleno de novas histórias antigas, início biológico e cultural da humanidade, entre outras muitas possibilidades.

ATLAS GEOGRÁFICOS E A VISUALIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS, AFRICANOS E AFRODESCENDENTES

Para fazer uma reflexão inicial sobre como foram representados os povos indígenas, africanos e afrodescendentes em Atlas Geográficos, foram selecionados os Atlas Geográficos do IBGE. Estes serão aqui analisados como uma pequena, mas importante, amostra dos Atlas produzidos com fins didáticos no Brasil e que muito contribuíram para a melhoria da qualidade da visualização de mapas e gráficos que eram utilizados nas aulas de Geografia especialmente, mas também em todas as áreas do conhecimento, inclusive no Planejamento e Gestão em órgãos municipais, estaduais e federais.

Neste artigo foram analisados três mapas presentes em três Atlas: primeiro: o Atlas Geográfico Escolar (IBGE, 1956, 1962, 1965, 1970, 1980); segundo: o Atlas Geográfico (IBGE, 1983, 1984, 1986, 1990); terceiro: o Atlas Geográfico Escolar (IBGE, 2002, 2004, 2012, 2018).

O Atlas Geográfico Escolar (IBGE, 1956), primeira edição, com 62 páginas, foi produzido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, pela Campanha Nacional de Material de Ensino - CNME e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A CNME visava à produção e distribuição de material didático a preço de custo para estudantes e escolas, uma proposta inovadora e que muito contribuiu para o acesso de mais pessoas a um recurso geográfico de cunho científico. Seu formato foi retangular, estilo retrato, com 24 por 31cm, sendo praticamente igual nas edições posteriores de 1962, 1965, 1970 e 1980, modificando apenas sua capa, e tendo sua edição final, em 1980.

O Atlas Geográfico (IBGE, 1983), primeira edição, com 114 páginas, substituiu o Atlas Geográfico Escolar (IBGE, 1956). Foi produzido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, pela Fundação Nacional de Material Escolar - FENAME e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Seu formato foi retangular, estilo retrato, com 23 por 30cm, sendo que sua forma e sua capa se mantiveram em todas as edições que esta pesquisa teve acesso, entre 1983 e 1990.

O Atlas Geográfico Escolar (IBGE, 2002), em que a primeira edição compunha 197 páginas, retomou o antigo nome do Atlas de 1956. Manteve seu formato como retrato, sendo que nas edições de 2002 e 2004 foi elaborado com tamanho de 21 por 30cm, e depois, nas edições de 2012 e 2018, no tamanho de 25,5 por 30cm, tendo suas capas modificadas no decorrer de algumas edições. Foi produzido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Neste artigo não será realizada a discussão conceitual de Atlas Geográfico e Atlas Geográfico Escolar, apenas serão utilizadas as nomenclaturas do material publicado como Atlas pela instituição IBGE. Tendo esta questão como um lembrete, a escolha pelos Atlas Geográficos do IBGE para análise considerou dois importantes aspectos: inicialmente pela qualidade Geográfica e Cartográfica dos Atlas, considerando o rigor na construção dos mapas e gráficos, as fontes de dados que compõem os fenômenos espacializados, e as convenções e normas cartográficas que sempre foram adequadamente utilizadas e serviram de referências

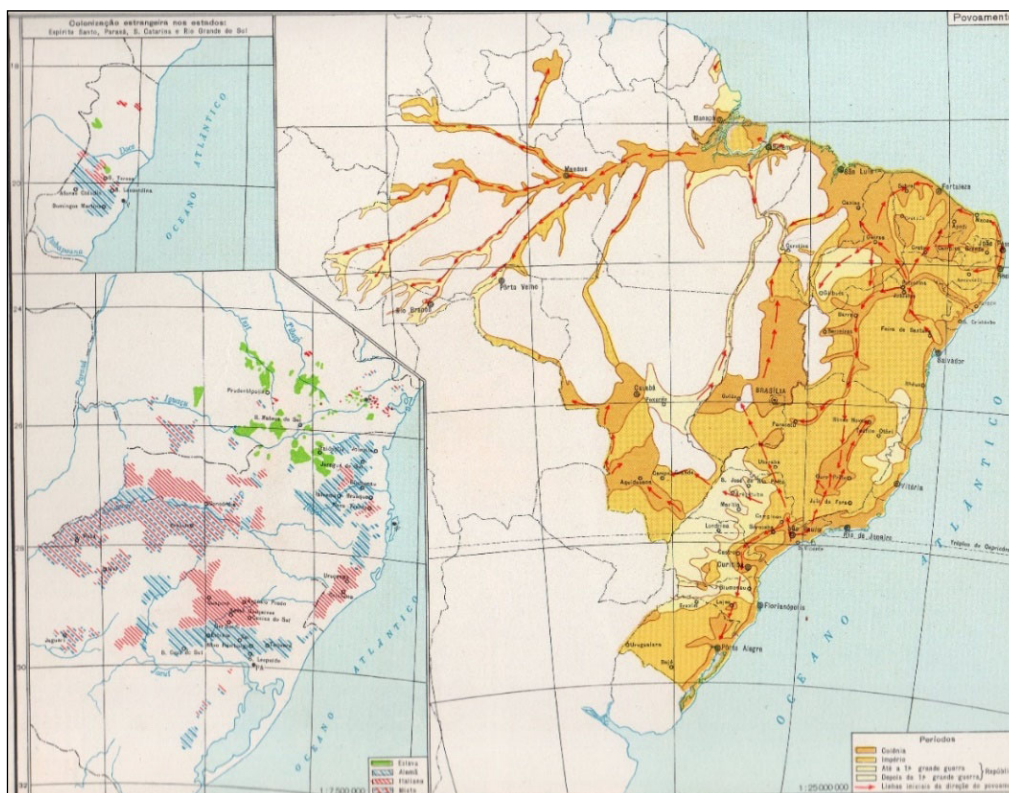
para todos os outros trabalhos de Cartografia no Brasil. O segundo elemento que definiu a preferência foi a autoria, composta por uma equipe de profissionais qualificados na área da pesquisa e tratamento da informação geográfica e cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que se coloca até hoje como o mais importante órgão nacional de coleta e análise de dados socioespaciais, entre outras tantas credenciais.

A Metodologia de análise dos Mapas considerou três referências e duas categorias de análise. Como referencial teórico básico buscou-se pelas Leis federais 10639/2003 e 11645/2008, e Harley (2009). Como categorias foram evidenciadas: primeiro: a valorização das histórias e culturas dos povos africanos, afrodescendentes e indígenas; e segundo, o silêncio sobre estes mesmos povos.

O MAPA SOBRE POVOAMENTO

Logo após os mapas físicos de Geologia, Relevo, Hidrografia, Clima e Vegetação seguem os mapas sobre População e, neste especificamente, o mapa sobre o povoamento do Brasil.

Interessante destacar que nas quatro edições a que esta pesquisa teve acesso (IBGE, 1956, 1962, 1965, 1970 e 1980), o Atlas Geográfico Escolar trouxe o Mapa “Brasil: Povoamento” (IBGE, 1956, p. 27), na escala de 1:25.000.000, e ocupando 2/3 da página, juntamente com o Mapa “Brasil: Colonização Estrangeira nos Estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (IBGE, 1956, p. 27), na escala de 1:7.500.000, e ocupando 1/3 da página, como se observa na Figura 1.



Fonte: IBGE (1956).

Figura 1. Brasil: Povoamento” e “Brasil: Colonização Estrangeira nos Estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Mapa “Brasil: Povoamento” (IBGE, 1956, 1962, 1965 e 1970), em destaque na Figura 1A, traz na legenda em cores, os Períodos de: “Colônia”, “Império” e “República” (dividida em: “Até a Primeira Grande Guerra” e “Depois da Primeira Grande Guerra”). Além das cores, há também uma seta vermelha indicando as “Linhas Iniciais da Direção do Povoamento”. Este mapa informa que no “Período Colonial” primeiramente ocorreram as grandes faixas de povoamento ao longo do litoral brasileiro, desde o Sul ao Norte, passando pelo Sudeste e pelo Nordeste. E as grandes áreas isoladas nos estados federativos, que na atualidade são nomeados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul e ao longo dos principais Rios da Região Norte e Nordeste.

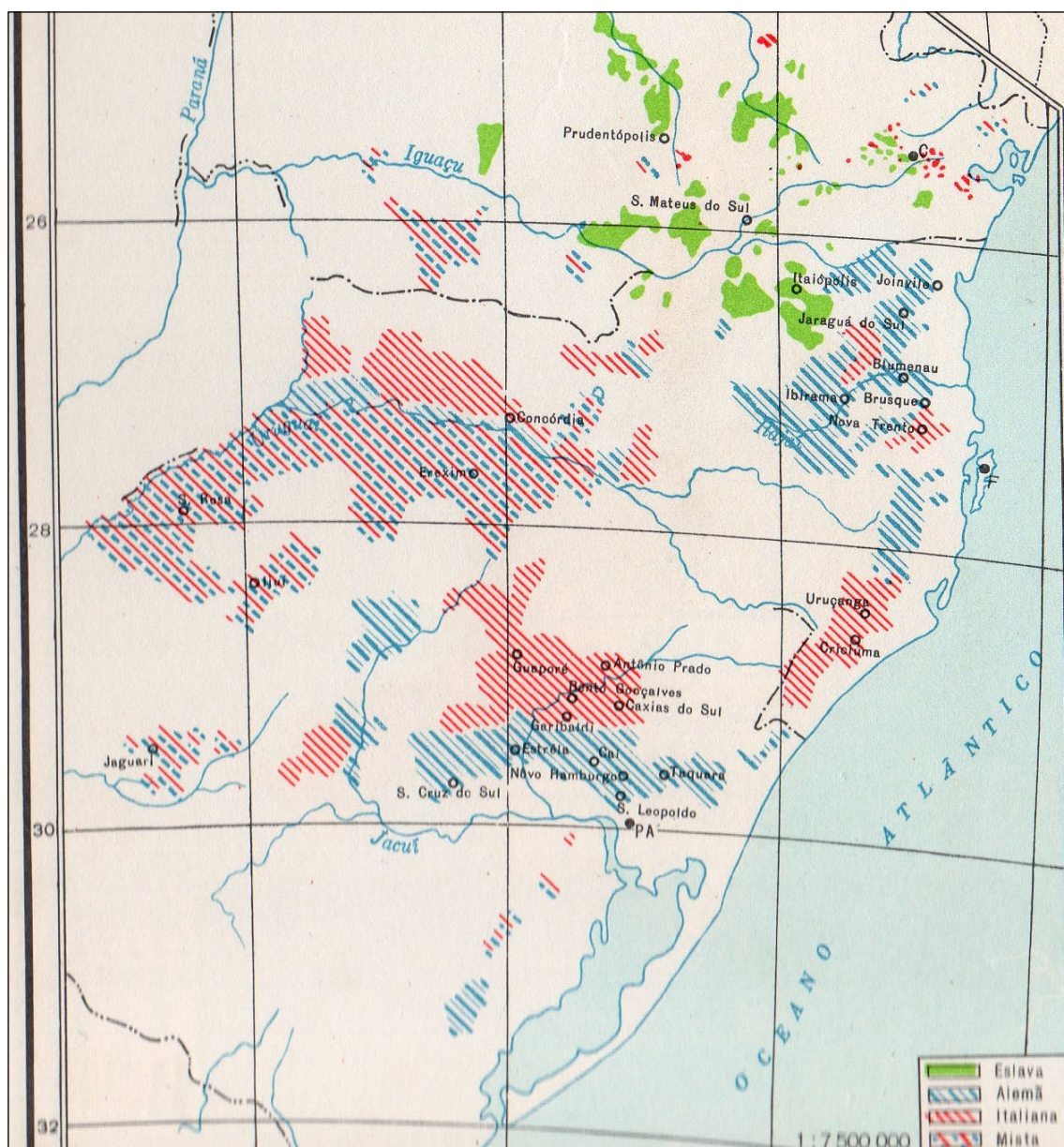


Fonte: IBGE (1956).

Figura 1 A. Destaque Mapa “Brasil: Povoamento”.

No “Período do Império”, como informa a Legenda, as áreas que estavam povoadas no período anterior se expandiram a partir dos grandes rios e ocuparam praticamente todo o Nordeste e considerável parte do Sul e Sudeste. E, no “Período Até a Primeira Grande Guerra”, as linhas de povoamento chegaram aos estados, do que hoje se conhece como, Acre, Rondônia e Amapá.

Povoamento, no Dicionário Aurélio, significa: “povoar; formar povoação em; prover habitantes; tornar habitado” (FERREIRA, 2004, p. 1612). O título do mapa indica que ocorreu o provimento de habitantes em solo brasileiro, como se o mesmo fosse desprovido destes.



Fonte: IBGE (1956).

Figura 1B. Destaque para o Mapa “Brasil: Colonização Estrangeira nos Estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.

E como afirma Harley (2009, p. 07) “as linhas silenciosas da paisagem de papel favorecem a ideia de um espaço socialmente vazio”.

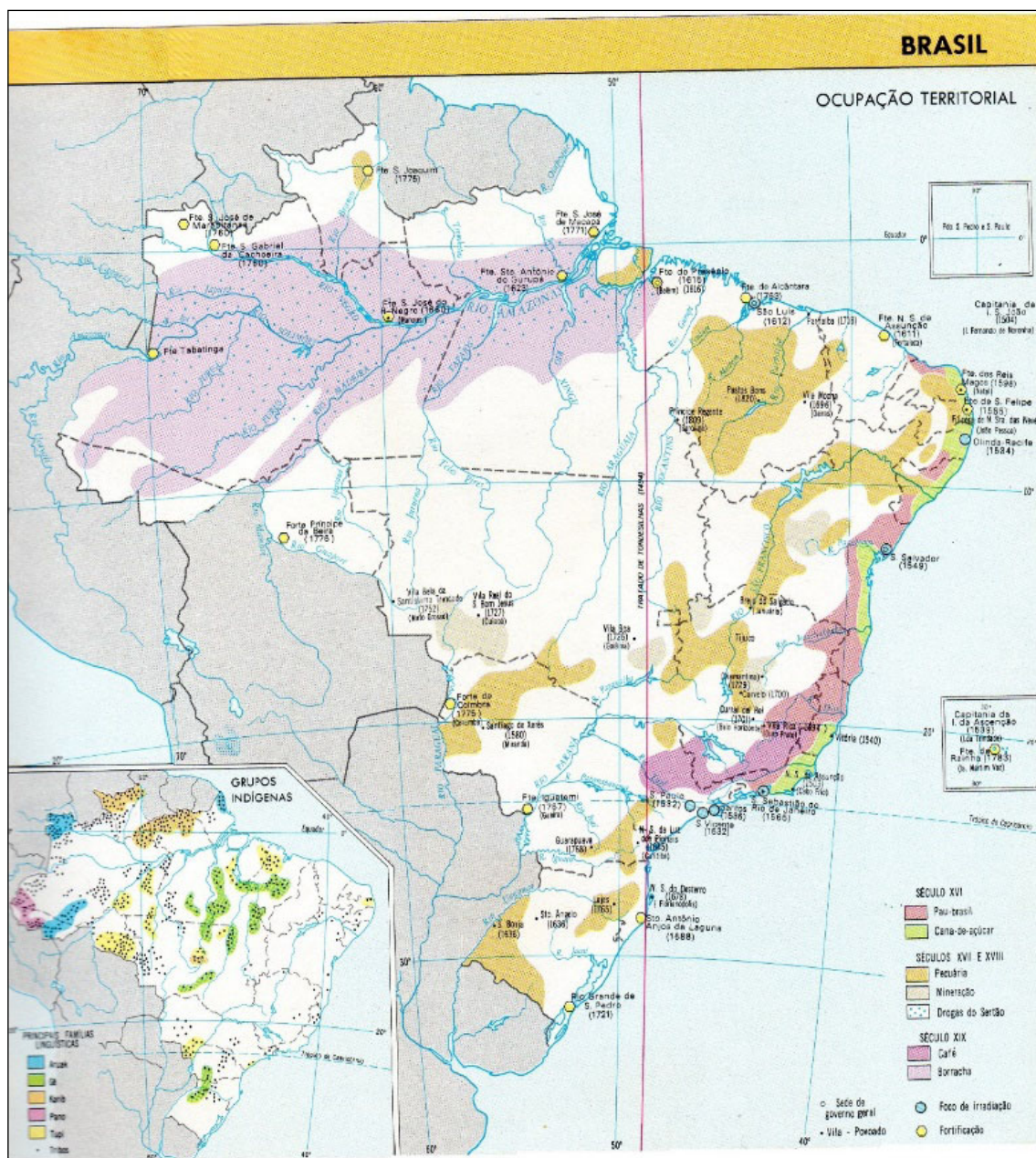
Pois bem, o Mapa “Brasil: Povoamento” (IBGE, 1956) se utiliza de um discurso presente até hoje: o de que o território estava vazio de pessoas e não havia moradores neste lugar, por isso a necessidade “povoar”. Neste mapa, nada se informa dos indígenas, ou de como os colonizadores foram acolhidos pelas nações indígenas que já viviam em solo brasileiro há milhares de anos. Também, não diz sobre os conflitos e os extermínios em massa, seja pelas doenças comuns aos europeus, mas com impactos gravíssimos nas populações indígenas; seja pela escravização inicialmente das populações indígenas e depois de africanos; assim como não fala dos conflitos armados. Para completar o discurso colonizador europeu, apresenta-se o Mapa de Colonização Estrangeira na região Sul (Figura 1B), com a legenda indicando a Colonização Eslava, Alemã, Italiana e Mista, destacando os povos que são oficialmente valorizados no período, e na atualidade.

Novidade não há nestes mapas de 1956, assim como nos anos seguintes de 1970 a 1980, pois não mostram nada sobre os povos africanos e nem sobre os povos originários, mas apresentam o território como se este fosse vazio e homogêneo. Coloca-se aqui a exaltação aos povos imigrantes europeus e sua predominância no Sul do Brasil e repete-se imagetivamente o discurso oficial dominante do novo colonizador europeu e sua relação (explicação) para um sul mais desenvolvido que o restante do país. Um Sul sem africanos ou indígenas, como se ali nunca houvesse existido qualquer tipo de povoamento anterior.

O MAPA DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Dando continuidade ao discurso oficial de “vazios territoriais” e enaltecimento do colonizador europeu, o Atlas Geográfico (IBGE, 1983) traz o Mapa sobre povoamento em uma outra roupagem e o nomeia de “Brasil: Ocupação Territorial”, como se observa na Figura 2, com escala original de 1:22.000.00, ocupando 2/3 da página. Neste mapa não se fala mais em colônia ou em império, pois a Legenda em cores apresenta: “Século XVI (Pau Brasil e Cana-de-açúcar)”, “Séculos XVII e XVIII (Pecuária, Mineração e Drogas do sertão)”, Século XIX (Café e Borracha). Também mostra um pequeno círculo azul para Foco de Irradiação, um losango amarelo para Fortificação, um círculo branco bem pequeno para Sede do Governo Geral e um ponto negro para Vila e Povoado.

O mapa “Brasil - Ocupação Territorial” (IBGE, 1983, p. 25), encontrado também nas edições de 1984, 1986 e 1990, registrou os principais ciclos econômicos dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Contudo não mostrou que, nestes períodos, ocorreu o uso de mão de obra escravizada, primeiro dos povos indígenas e depois dos africanos, assim como não mencionou a diferença de tratamento, social e econômico, em relação à mão de obra europeia no século XIX. Também não registrou os quilombos que foram organizados nestes períodos como sociedades alternativas ao sistema colonial, entre outras questões.



Fonte: IBGE, 1983, p.25.

Figura 2. Mapa Brasil: Ocupação Territorial e Brasil - Grupos Indígenas.

Observa-se também que o termo “ocupação territorial” remete à ideia de que o território estava vazio, por isso a necessidade de ocupar. Novamente, o silêncio no mapa evidencia uma Geografia que foi utilizada para fazer o apagamento do fenômeno social que não interessava evidenciar.

Nos Atlas Geográficos do IBGE (1983, 1984, 1986 e 1990) não foi encontrado nenhum mapa sobre os quilombos, ou sobre a presença africana e afrodescendente em solo brasileiro, evidenciando o silenciamento nacional sobre o assunto. Nem mesmo o Quilombo dos Palmares, com seus milhares de habitantes, em pleno século XVIII, foi registrado.

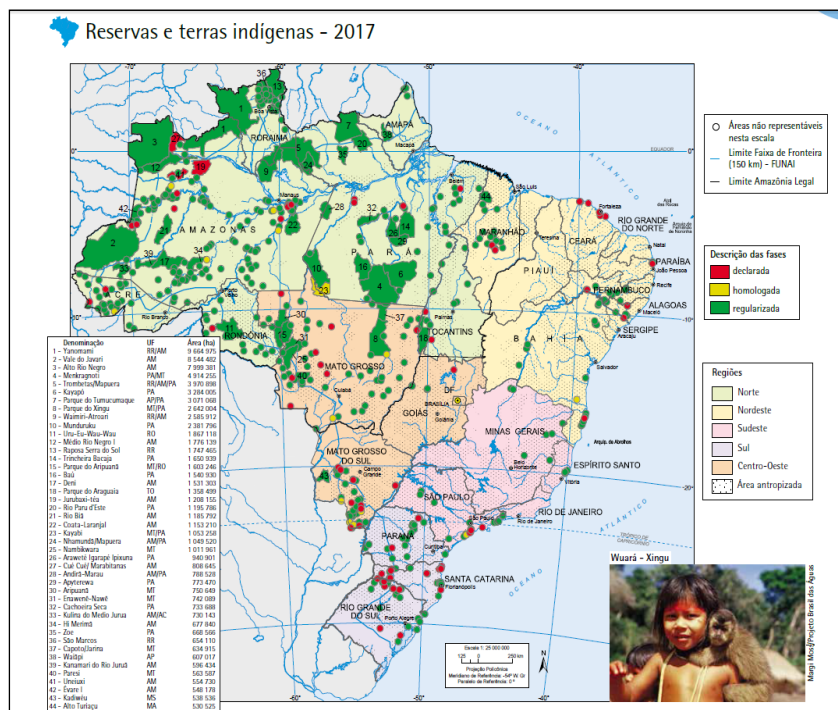
Sobre os povos originários o “Mapa Brasil - Grupos Indígenas” (IBGE, 1986, p. 25), abaixo e à esquerda na Figura 2, em escala de 1:50.000.000, e ocupando 1/6 da página,

apresenta as principais famílias linguísticas. Entretanto há, aqui, também um vácuo de informações sobre os grupos indígenas nos estados do Sudeste, Nordeste e partes do Sul e Centro Oeste. Este silenciamento também traz, no mínimo, duas falsas hipóteses: a primeira é a de que em 1983 não havia famílias linguísticas nestas áreas, e talvez, nem mesmo os “Grupos Indígenas”; e a segunda é a de que nunca houve indígenas nestas regiões. Como o mapa não trouxe uma data, estas perguntas ficaram sem resposta. No entanto, novamente aqui se reproduz o discurso do colonizador, ou do novo colonizador: o latifundiário que deseja “produzir” em terras indígenas alegando que estes “territórios estão desocupados” no mapa.

O MAPA RESERVAS E TERRAS INDÍGENAS

O terceiro Mapa Analisado está presente no Atlas Geográfico Escolar (IBGE, 2018), edição mais atual até este momento. Trata-se de uma oitava edição, sendo que esta pesquisa teve acesso à primeira edição de 2002, e também às edições de 2004 e 2012. Interessante destacar aqui a volta do título do material com o nome “escolar” no Atlas, um retorno a 1956. Também ocorreu a mudança do Ministério Federal, que saiu da Educação e foi para o de Planejamento e Gestão.

O Atlas Geográfico Escolar (IBGE, 2018) não apresenta os mapas de povoamento ou de ocupação territorial, como nos Atlas anteriores e, de todas as 92 páginas sobre o Brasil no Atlas Geográfico do IBGE do ano de 2018, quinze anos depois da promulgação da lei 10639/2003, e dez anos depois da 11645/2008, não apareceu nenhum mapa sobre os Quilombos ou mesmo qualquer informação ou referência ao continente África e sua relação com o território brasileiro. E apesar da Constituição de 1988 prever a legalização das terras quilombolas, o silêncio e seu consequente apagamento histórico continuou nos mapas deste Atlas.



Fonte: IBGE, 2018, p. 107

Figura 3. Brasil – Reservas e Terras Indígenas.

Sobre os Povos Indígenas, no que se refere à edição de 2018, houve uma melhor visualização e aparece um mapa na temática Diversidade Ambiental, com o título: “Brasil - Reservas e Terras Indígenas (IBGE, 2018, p. 107), conforme Figura 3, na escala de 1:25.000.000, ocupando aproximadamente 9/16 da página, e com informações de 2017, muito semelhantes ao mapa: “Brasil – Parques e Terras Indígenas” (IBGE, 2012, p. 112), com informações da Fundação Nacional do Índio, do ano de 2010. Este mapa, por sua vez, não é muito diferente do Mapa: “Brasil – Parques e Terras Indígenas” (IBGE, 2002 e 2004 p. 118), já que também não evidencia a data das informações.

O Mapa “Brasil – Parques e Terras Indígenas- 2017” (IBGE, 2018) traz na Legenda em cores: terras a identificar, terras demarcadas e terras em demarcação, evidenciando as fases da legalização dos territórios. Relevante destacar que aqui houve uma pequena contradição, e pode ser que seja apenas um erro de digitação, pois o título diz que o mapa se refere a dados de 2017, todavia a fonte dos dados foi declarada como 2018, tanto na nota de rodapé do mapa, quanto nas Referências.

Segundo o Glossário (IBGE, 2018):

Parque indígena: Área criada pelo poder público, destinada a vários grupos indígenas de origens étnicas diversas (IBGE, 2018, p. 197). [...]

Terra indígena: Terra tradicionalmente ocupada pelos índios e por eles habitada em caráter permanente, utilizada para as suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (IBGE, 2018, p. 199).

Os conceitos de Parque e Terra Indígena contribuem para o melhor entendimento do mapa. Entretanto, no Glossário de 2018 não aparece o termo Reserva Indígena, o que dificulta uma melhor compreensão. Observando as publicações, foram encontrados os títulos: 2018: “Brasil – Reservas e Terras Indígenas”; 2002, 2004 e 2012: “Brasil – Parques e Terras Indígenas.

Segundo Loschi (2017, p. 01), “dentre os povos e comunidades tradicionais brasileiros, o IBGE já trabalha com a categoria de população indígena regularmente em seus Censos Demográficos desde 1991”.

Isso significa que já havia 27 anos de dados básicos sobre os povos indígenas, coletados pelo órgão censitário oficial do Brasil, o que poderia justificar a falta de mapas sobre esta temática nos Atlas Geográficos anteriores a esta data, como os publicados nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990. Todavia o mapa “Brasil – Parques e Terras Indígenas” (IBGE, 2018) traz dados da Fundação Nacional do Índio- FUNAI, e não do Censo Demográfico. E a FUNAI foi fundada em 1967, e desde então possui dados sobre os povos indígenas no país, o que retira a hipótese de “falta de dados” e confirma a ideia defendida neste artigo de que as narrativas sobre os povos indígenas ficaram silenciadas para que o discurso do colonizador europeu pudesse se perpetuar.

Apesar dos silenciamentos existentes, pode-se afirmar que o mapa “Brasil - Reservas e Terras Indígenas (IBGE, 2018) se trata de uma inovação na versão mais nova do Atlas Geográfico Escolar, pois nos Atlas anteriores, publicados no período entre 1956 a 1980 e depois de 1983 a 1990, analisados neste artigo, não foram encontrados mapas representando as terras indígenas, mas apenas menções aos “Grupos Indígenas” no Brasil.

O mapa “Brasil - Reservas e Terras Indígenas (IBGE, 2018), Figura 3, traz uma representação positiva em relação aos povos indígenas porque deu visibilidade às suas históricas reivindicações da garantia dos territórios que lhes são de direito. A legenda com as fases de legalização das terras indígenas indica como a situação destes povos ainda é frágil e com muitas incertezas. Todavia, mesmo avançando com uma narrativa cartográfica mais próxima da realidade dos povos indígenas, ainda há permanências de um discurso homogeneizador sobre os próprios indígenas e esta questão é evidenciada na escolha da imagem a ser representada, como pode ser vista com a “criança Wuará no Xingu”, abaixo à direita na Figura 3. Esta ilustração ainda reproduz um padrão eurocêntrico de olhar para os povos indígenas, de modo a querer ver uma presença homogênea, com estereótipos pré-definidos de nudez e vida selvagem, comuns aos séculos da colonização europeia no Brasil.

Segundo a Agência Notícias IBGE (BARROS, 2020, p. 01) “do Censo 2010 até as estimativas de 2019, o número de localidades indígenas deu um salto de 1.856 para 7.103”. Será que estes dados confirmam os dados da FUNAI? Será que, depois do Censo de 2021, haverá um mapa com uma visibilidade maior a respeito da situação dos povos indígenas?

Por enquanto, o que se pode afirmar é que houve uma pequena, mas importante melhoria na visualização dos povos indígenas brasileiros, permitindo que sejam identificados como sujeitos nacionais que sobrevivem com sua cultura, que lutam por seus territórios, que se organizam e trabalham em prol da segurança de suas famílias e de suas sociedades.

Sobre os Quilombolas, no entanto, continua o discurso da negação e ao mesmo tempo do racismo institucional em relação à Geografia dos povos africanos e afrodescendentes no Brasil, pois ao evitar falar dos Quilombos, deixa-se de mencionar a luta e a resistência de homens e mulheres contra a escravização no território brasileiro.

Segundo o Decreto Federal 4.887, de 20 de novembro de 2003:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental. (BRASIL, 2003b, p. 1).

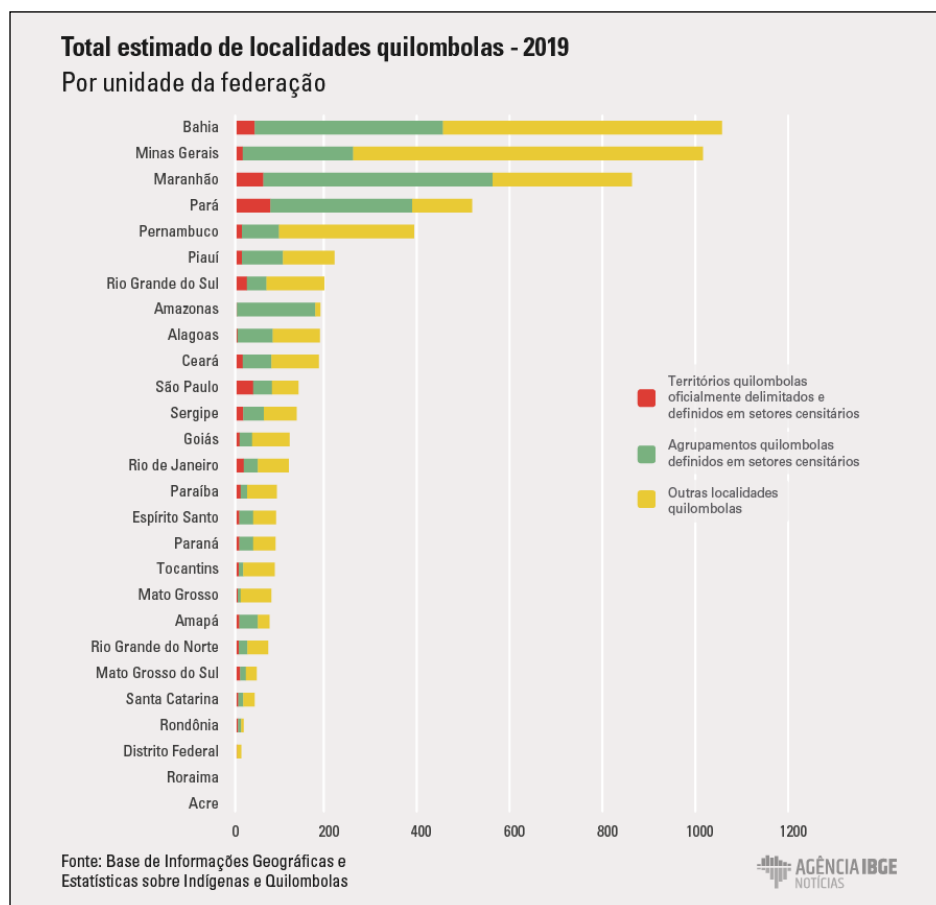
Desde a década de 1980, Anjos (2003) já divulgava o mapeamento dos Quilombos no Brasil e, mesmo assim, os Censos realizados pelo IBGE não sabiam desta existência? Não se poderia buscar outros dados para além do Censo? Não colocar um mapa com esta temática foi uma escolha, consciente ou não, mas com consequências na manutenção do discurso eurocêntrico de homogeneização do território brasileiro.

Os indígenas começaram a ser contabilizados nas estatísticas oficiais do país em 1872, antes mesmo da criação do IBGE. Já a população que se considera quilombola será identificada pela primeira vez no próximo Censo, adiado para 2021. Embora não tenha estimativa dessa população, o IBGE calcula que o país possua 5.972 localidades quilombolas, que estão divididas em 1.672 municípios brasileiros, mais que o dobro com localidades indígenas (827). [...] Do total de localidades, 404 são territórios oficialmente reconhecidos, 2.308 são denominados agrupamentos quilombolas e o restante, 3.260, identificados como outras localidades quilombolas. Entre os agrupamentos, 709 estão localizados dentro dos territórios quilombolas oficialmente delimitados e 1.599 fora dessas terras (BARROS, 2020, p. 01).

O autor informa que desde 1872 há dados oficiais sobre os indígenas, o que reafirma a escolha racista por silenciá-los nos mapas oficiais. Situação semelhante de silenciamento ocorreu com os quilombolas ao não os colocar na coleta de dados do censo, até o presente momento, sendo que 2021 tem a previsão de fazê-lo pela primeira vez.

A afirmação de Barros (2020) pode ser melhor visualizada na Figura 4, onde são expressas as estimativas das localidades quilombolas no ano de 2019.

O discurso colonizador continua presente nas escolhas técnicas, desde a concepção de organização da coleta de dados até a sua apresentação ao público. E novamente se tem evidências da presença do silêncio nos dados oficiais, sejam eles textos, gráficos, estatísticas gerais ou mapas.



Fonte: BARROS, 2020.

Figura 4. Total Estimado de Comunidades Quilombolas – 2019.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) foi uma demanda e conquista do movimento negro brasileiro, que desde o período da colonização reivindicou por liberdade. Depois, ao longo das décadas após a “abolição da escravidão”, os povos negros se organizaram em diferentes grupos sociais e, juntos, compuseram diversos movimentos de luta pela história não contada dos homens, mulheres e crianças escravizadas.

A FCP, depois de lutas, protestos e solicitações por parte do movimento negro, tornou-se uma entidade federal em 1988, “*a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira*” (FCP, 2021, p. 01).

Ainda segundo a FCP (2021), desde 2003, já foram emitidas certificações para 3.271 comunidades quilombolas no Brasil; todavia, até este momento, existem milhares sem esta documentação, o que pode ser confirmado na Figura 4, em que a estimativa é que existam mais de 5.000 comunidades remanescentes de Quilombos.

Os Quilombolas são descendentes de homens e mulheres, em sua maioria africanos, que se rebelaram com a escravização nas grandes fazendas de monoculturas brasileiras e criaram uma nova sociedade baseada no princípio de igualdade. Nestes quilombos, conviviam, em situação de direitos e deveres, pessoas negras, indígenas e europeus, todos com a perspectiva de não aceite do sistema escravocrata da época.

Registrar a Geografia dos povos indígenas e negros brasileiros é uma tarefa imprescindível, especialmente em materiais didáticos com fins de formação educacional. Revisitar os mapas antigos ajuda a perceber como os contextos forjaram um tipo de Geografia do Brasil e com posse desta realidade é preciso, a partir de agora, fazer diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Objetivo inicial desta pesquisa era verificar como os Atlas Geográficos apresentavam os povos indígenas, os povos africanos e o continente África, se eles os valorizavam ou se os silenciavam. Para tanto foram analisados três Mapas de três Atlas produzidos por uma importante instituição federal de pesquisa, o IBGE. E apesar de dois deles serem anteriores às Leis Federais 10639/2003 e 11645/2008, avaliou-se o quanto importante é observar os discursos cartográficos presentes nos mesmos.

O Atlas Geográfico Escolar do IBGE, nas edições de 1962, 1965, 1970 e 1980, foi editado pela primeira vez em 1956, e possuiu nove edições até 1980, ocorrendo atualizações nos mapas impressos e, também, nos modos de governar o país. O contexto histórico de 1956 tinha Juscelino Kubistchek como presidente eleito, e em 1970 era um governo civil-militar com normas diferenciadas para eleições, tendo um general como presidente.

O mesmo ocorreu com o Atlas Geográfico do IBGE de 1983, com edições em 1984, 1986 e 1990. O contexto político de 1983 ainda contava com um governo civil-militar, mas com forte tendência à abertura democrática e com desejos de eleições diretas para cargos de governo.

Estes contextos políticos com certeza interferiram na produção do material didático e do Atlas, no período de 1956 a 1980, pois reflete o currículo escolar da época, em que se enaltece o país e se valoriza a produção nacional. Ali não se falou em problemas sociais ou grupos diferentes do oficial discurso de que “o Brasil era um só povo, uma só nação”.

Em 1956, o governo desejava se industrializar e mostrar um Brasil com energia elétrica, com indústrias e com as comunicações em expansão. Em 1970, em pleno governo civil-militar, este discurso também se mostrou interessante. E, para falar do povo, escolheu-

se o mapa da imigração europeia no Sul e as linhas povoamento. Tudo muito organizado, sem disputas territoriais, sem escravização de pessoas e sem mencionar os povos indígenas ou africanos, assim como também não se mencionou as desigualdades sociais existentes.

Entre 1983 e 1990, já num período de democratização política, os mapas sobre as questões sociais estavam amplamente distribuídos no Atlas e, assim, foi possível verificar dados como Esperança de Vida, Força de Trabalho, Renda Média, Alimentação, Alfabetização, entre outros. Mostraram os grupos indígenas e a ocupação territorial do Brasil desde o século XVI até o século XIX, mas ainda não se inseriu um mapa com os quilombos nesta ocupação. O discurso ainda era do colonizador europeu, mostrando no mapa os ciclos econômicos, as fortificações e os povoados, como se indígenas e africanos não existissem no território.

Entre 2002 e 2018, o Brasil estava em plena democracia política e percebem-se, no Atlas, informações muito atuais sobre os problemas do país, como a retração da vegetação nativa, evolução do desmatamento da Amazônia, a ameaça de extinção de diversos animais, entre tantos assuntos até então nunca abordados. Os Mapas do Brasil sobre desigualdades econômicas ocuparam dez páginas juntamente a outros temas que também tangenciavam esta questão como o acesso à água potável, coleta de lixo e rede de esgoto. Trouxe, finalmente, um Mapa com as Terras Indígenas no Brasil, evidenciando que existem descendentes dos povos originários no território brasileiro. Todavia, os quilombos ainda continuaram silenciados. O Atlas Geográfico Escolar do IBGE de 2018 foi editado quinze anos depois da Lei 10639/2003, mas ela não se refletiu no material, e nem nas equipes de profissionais que compuseram o trabalho.

Os Atlas aqui estudados evidenciam um Currículo Escolar da Geografia que passou de apenas descritivo para também reflexivo e crítico, especialmente, à medida em que houve a possibilidade de mostrar os problemas nacionais, de discuti-los a fim de resolvê-los. Todavia, a temática indígena e afrodescendente ainda não foi pautada.

O Brasil é um país rico em recursos naturais e humanos e isso foi muito destacado em todos os Atlas, mas há muitas desigualdades sociais e estas precisam ser enfrentadas. Primeiramente, é preciso que as pessoas, de forma geral, conheçam esta realidade e a analisem. Depois, com base em informações confiáveis, é preciso planejar e executar estratégias para mudar esta realidade desumana para muitos brasileiros.

Os Atlas Geográficos do IBGE são uma referência importante para todos há muitas décadas, e justamente por isso, sua responsabilidade é ainda maior que os outros Atlas acessíveis no mercado editorial atual. Então, por que não inserir o Mapa dos Quilombos do Brasil? Por que ainda repetir discursos de 1956? Onde estão os especialistas das áreas de História, Antropologia, Sociologia, os pesquisadores dos povos indígenas e dos povos africanos para serem consultores nos Atlas?

Evidentemente que não se está aqui desqualificando nenhum dos materiais pesquisados, pelo contrário, pois eles foram importantes recursos didáticos para as aulas de Geografia, entre tantas outras possibilidades de utilização. Mas, as da pesquisa evidenciaram que as narrativas por eles veiculadas retratam o racismo institucional presente no país.

E agora, após leis federais que trazem, em seu princípio, a luta contra o racismo, é chegado o momento de rever as fontes, as escritas e as cartografias, sendo necessário reexaminar os mapas antigos e colocar novos antigos sujeitos em questões que pareciam absolutas.

Os silêncios presentes nestes Mapas denunciam um racismo institucional que precisa ser evidenciado para então ser combatido. E se até aqui foi assim, o porvir pode e deve ser diferente. E para que isso ocorra é necessário que os próximos Atlas sejam produzidos por uma instituição oficial que se preocupe em ser antirracista, a começar com uma equipe técnica multi-étnica e com consultores de diversos movimentos sociais.

Olhar para o passado e revisitar o que já foi feito ajuda a planejar o futuro, e o que se sonha como sociedade. Os mapas também têm esta tarefa, a de contribuir para uma sociedade mais humana, mas justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.
- ANJOS, R. S. A. dos. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos Quilombos no Brasil. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 1, n. 1, p. 52-57, nov. 2003.
- ARAÚJO, J. C. **A presença do índio no ensino de geografia: ensino médio: desafios e possibilidades**. 2013. 27 f. Artigo de Conclusão de Curso (Geografia Pró-Licenciatura) – Universidade Estadual da Paraíba, 2013.
- BARROS, A. Contra Covid-19, IBGE antecipa dados sobre indígenas e quilombolas. **Agência Notícias IBGE**. Séries Especiais | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27487-contr-a-covid-19-ibge-antecipa-dados-sobre-indigenas-e-quilombolas>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- BARROZO, M. B.; SANTOS, L. C. I. dos. A lei 10.639 e o ensino de geografia: problematizando o livro didático. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, Vitória/ES. **Anais [...]**. Vitória, AGB, 2014. p. 1-12.
- BATISTA, J. B. da Silva; GOMES JÚNIOR, C. M. A história dos povos indígenas nos livros didáticos de acordo com PNLD 2011 e 2014. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 2, n. 1, p. 109-123, 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003b.
- BRASIL. **Lei número 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003a.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. 2008. Disponível em: <http://www.leidireto.com.br/lei-11645.html>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- BRAZ, C. M. África, o berço da civilização. **93 notícias**. 06 de maio, 2019. Disponível em: <https://93noticias.com.br/blog/14/carlos-braz/41406/mama-africa-o-berco-da-civilizacao>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- CEERT. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e das Desigualdades. África: berço da humanidade e da civilização. 2017. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/africa/17310/africa-berco-da-humanidade-e-da-civilizacao>. Acessado em 2021.
- CIGOLINI, A. A.; SILVA, M. C. da. A temática indígena no ensino de geografia: problemas e caminhos. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 82-100, jan./jun. 2020.
- COSTA, R. L. S. da; DUTRA, D. F. A lei 10639/2003 e o ensino de geografia: representação dos negros e África nos livros didáticos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA, 10, 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2009.
- DEMIER, A.; PACHECO, A. C. M. A invisibilidade da cultura indígena brasileira no espaço geográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória- ES. **Anais [...]**. Vitória/ES, 2014, 10 p.
- FCP. Fundação Cultural Palmares. **Estrutura organizacional**. 2021. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em: 14 jul. 2021.
- FERRACINI, R. A África nos livros didáticos de 1890 a 2004. **Revista Geografia e**

Pesquisa, Ourinhos, v. 4, n. 2, p. 69-92, 2010.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004. 2120 p.

GOULARTE, R. da S.; MELO, K. R. de. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 02, p. 33-54, jul./dez. 2013.

GUIES, A. R. L. **Geografia e livro didático: representação dos povos indígenas**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 5, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5724?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2021.

HARLEY, J. B. A nova história da cartografia. **O Correio da Unesco: Mapas e Cartógrafos**, Brasil, ano 19, n. 8, p. 4-9, ago. 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1956. 62 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962. 63 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1965. 61 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1970. 64 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. 9. ed., sétima tiragem. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Fundação Nacional de Material Escolar - FENAME, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME, 1983. 114 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Fundação Assistência ao Estudante - FAE, 1984. 114 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Fundação Assistência ao Estudante - FAE, 1986. 114 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico**. 3. ed., 2. tiragem. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Fundação Assistência ao Estudante - FAE, 1990. 114 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Educação, 2002. 198 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Educação, 2004. 204 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Educação, 2012. 218 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Educação, 2018. 224 p.

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1993. 263 p.

LIMA, F. A. da S. B. **Lei 10.639/03: suas contribuições para uma educação igualitária**. 2010. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Centro de Estudos de Comunicação e Artes Departamento de Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010

- LOSCHI, M. Território e tradição: investigando povos quilombolas. **Agência Notícias IBGE: Revista Retratos**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15943-territorio-e-tradicao-investigando-povos-quilombolas>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- MARQUES, A. C. N.; SOUSA, V. de. Saber geográfico e educação para cidadania: experiências de uma oficina sobre a questão indígena. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, p. 1-22, 2019.
- NASCIMENTO, E. L. Sankofa: significado e intenções. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-54.
- NASCIMENTO, J. F. do; SILVA, J. G. da F.; ÁVILA, V. P. da S. de. O livro didático e a implementação da lei n. 10639/03 no ensino de história. **Revista Educação e Fronteiras On-line**, Dourados/MS, v. 5, n. 13, p. 101-113, jan./abr. 2015.
- OLIVEIRA, A. F. B. de. **Aplicação da lei 10639/03 no livro didático de geografia do 8º ano do ensino fundamental**. 2019. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.
- OLIVEIRA, A. F. B. de; SAMPAIO, A. de A. M. Representação do negro no livro didático de geografia. In: SEMANA DA GEOGRAFIA UFU, 22., 2019, Uberlândia-MG. **Anais [...]**. Uberlândia-MG: Diretório Acadêmico de Geografia UFU, 2019. v. 1. p. 148-159.
- PESSANHA, E. A. de M. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 10. n. 2, p. 167-194, 2019.
- PRINTES, R. B. Presença indígena nos livros didáticos de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, p. 195-220, 2014.
- SALES, C. M. O mapa mercator e o moderno sistema-mundo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Porto Alegre: Editora Letral; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 71-79.
- SAMPAIO, A. Á. M. Trabalhar com o diferente no ensino de geografia. In: SAMPAIO, A. de Á. M.; SAMPAIO, A. C. F. (org.). **Ler o mundo com as mãos e ouvir com os olhos: reflexões sobre o ensino de Geografia em tempos de inclusão**. 2. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. v. 1, p. 19-55.
- SAMPAIO, A. de Á. M.; SAMPAIO, A. C. F.; SILVA, A. G.; OLIVEIRA, A. F. B. História e cultura africana, afro-brasileira e indígena no ensino de geografia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 1., 2016, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: FAGED-UFU, 2016. v. 01. p. 01-16.
- SANTOS, W. O. A lei 10.639/03 e os livros didáticos de Geografia. **POIÉSIS: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação**, v. 8, n. 13, p. 229-247; jan./jun., 2014.
- SILVA, A. F. da; CONCEIÇÃO, M. L. Análise do livro didático de geografia sob a perspectiva do continente africano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2016, São Luís. **Anais [...]**. São Luís, 2014, p. 1-10.
- SILVA, F. C. da. A análise da representação do/a negro/a em um livro didático. **Revista África e Africanidades**, v. 8, n. 20, jul. 2015.
- SIMIELLI, M. E. **Geoatlas**. 35. ed. São Paulo: Ática, 2019. 200 p.